



ANAIS



III CEPIAL

CONGRESSO DE CULTURA
E EDUCAÇÃO PARA A INTEGRAÇÃO
DA AMÉRICA LATINA

Semeando Novos Rumos

www.cepial.org.br
15 a 20 de julho de 2012
Curitiba - Brasil



ANAIS



III CEPIAL

CONGRESSO DE CULTURA
E EDUCAÇÃO PARA A INTEGRAÇÃO
DA AMÉRICA LATINA

Semeando Novos Rumos

Eixos Temáticos:

1. INTEGRAÇÃO DAS SOCIEDADES NA AMÉRICA LATINA
2. EDUCAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO LATINO-AMERICANO:
SUAS MÚLTIPLAS FACES
3. PARTICIPAÇÃO: DIREITOS HUMANOS, POLÍTICA E CIDADANIA
4. CULTURA E IDENTIDADE NA AMÉRICA LATINA
5. MEIO-AMBIENTE: QUALIDADE, CONDIÇÕES E SITUAÇÕES DE VIDA
6. CIÊNCIA E TECNOLOGIA: PRODUÇÃO, DIFUSÃO E APROPRIAÇÃO
7. POLÍTICAS PÚBLICAS PARA O DESENVOLVIMENTO SOCIAL
8. MIGRAÇÕES NO CONTEXTO ATUAL: DA AUSÊNCIA DE POLÍTICAS
ÀS REAIS NECESSIDADES DOS MIGRANTES
9. MÍDIA, NOVAS TECNOLOGIAS E COMUNICAÇÃO

www.cepial.org.br
15 a 20 de julho 2012
Curitiba - Brasil

ANAIS



III CEPIAL

CONGRESSO DE CULTURA
E EDUCAÇÃO PARA INTEGRAÇÃO
DA AMÉRICA LATINA

Semeando Novos Rumos

Eixo 2

**“EDUCAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO
LATINO-AMERICANO: SUAS MÚLTIPLAS FACES”**

www.cepial.org.br
15 a 20 de julho de 2012
Curitiba - Brasil

EIXO 2. EDUCAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO LATINO-AMERICANO: SUAS MÚLTIPLAS FACES

MR2.1. Economia Solidária, Universidade e Comunidade

EMENTA

Contribuir para as discussões do Eixo: Políticas Públicas e Desenvolvimento Social. A Economia Solidária mais do que nunca se apresenta como uma alternativa de transformação social e de desenvolvimento econômico, local, regional e territorial. Visa a organização de pessoas para a geração de trabalho, renda e bem viver. Seu avanço depende, entre outros fatores, da construção e efetivação de políticas públicas e da participação crescente das universidades e comunidades. O debate e a troca de experiências propostas por esta mesa visa a integração latino-americana em torno destes objetivos comuns.

Coordenador: Alnary Nunes Rocha Filho – Incubadora de Empreendimentos Solidários da Universidade de Ponta Grossa - (IESOL/UEPG - BRASIL)

Luiz Alexandre Cunha Gonçalves: Incubadora de Empreendimentos Sociais da Universidade de Ponta Grossa - (IESOL/UEPG - BRASIL)

Luiz Inácio Gaiger: Universidade do Vale dos Jesuítas do Rio Grande do Sul – (UNISINOS – BRASIL)

Daniel Maidana: Centro de Servicios a La Comunidad - Universidad Nacional de General Sarmiento – (UNGS - ARGENTINA)

Magdalena León T.: Fundación de Estudios, Acción y Participación Social – (FEDAEPS – ECUADOR)

RESUMOS APROVADOS

LIMITES E POSSIBILIDADES DAS INCUBADORAS POPULARES: o caso da Incubadora de Empreendimentos Solidários – IESol-UEPG. (autor(es/as): **ALNARY NUNES ROCHA FILHO**)

O PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS (PAA): Sua possível interface com a Economia Solidária e como uma Ferramenta para o Desenvolvimento Local no Prê Assentamento Emiliano Zapata, Ponta Grossa-PR (autore(es/as): **Carla Caroline Correia**)

Da Crítica para às Ideias e das ideias à prática: a experiência formativa do programa de honra em economia solidária, meio ambiente e desenvolvimento de base local da UFPR. (autor(es/as): **Christian Henríquez Zuñiga**)

Projeto Bem da Terra: Limites e Possibilidades (autor(es/as): **Cristine Krüger Garcias**)

A PARTICIPAÇÃO DA UNIVERSIDADE ATRAVÉS DA EXTENSÃO EM PROJETOS DE ECONOMIA SOLIDÁRIA: ESTUDO DE CASO DA UNICENTRO – IRATI – PARANÁ (autor(es/as): **Elmarilene Walk**)

O PROTAGONISMO DA REDE DE ECONOMIA SOLIDÁRIA DO VALE DO ITAJÁ – RESVI (autor(es/as): **Fabricio Gustavo Gesser Cardoso**)

Incubadora Tecnológica de Cooperativa Popular como estratégia para emancipação humana e geração de trabalho e renda (autor(es/as): **Francisco Antonio Maciel Novaes**)

ASPECTOS DA SEGURANÇA NO TRABALHO E OS CUIDADOS PREVENTIVOS COM A SAÚDE NA FORMAÇÃO DOS TRABALHADORES DA ASSOCIAÇÃO DE CATADORES DE MATERIAIS RECICLÁVEIS “PIRAÍ LIMPO” (ASCAMP) (autor(es/as): **Jaqueline Sartori**)

A ECONOMIA SOLIDÁRIA COMO FORTALECEDORA DO ENFRENTAMENTO AS CONDIÇÕES DE VULNERABILIDADE SOCIAL (autor(es/as): **Lorena Dantas Abrami**)

INCUBADORA DE ECONOMIA SOLIDÁRIA: EXPERIÊNCIAS NA RELAÇÃO DA UNIVERSIDADE COM A SOCIEDADE (autor(es/as): **Nara Grivot Cabral**)

UMA INTEGRAÇÃO COMUNIDADE-UNIVERSIDADE NA PERSPECTIVA PARA A CRIAÇÃO E ELABORAÇÃO DE MATERIAIS DIDÁTICOS PARA ENSINO E APRENDIZAGEM DE MATEMÁTICA (autor(es/as): **Renata Cristina Geromel Meneghetti**)

O NOVO NASCE DO VELHO: CULTURA E ECONOMIA SOLIDÁRIA (autor(es/a): **Sabrina Gabrielle Sawczyn**)

MR2.2. Educação Superior e Inclusão Social: experiências e percepções

EMENTA

Considerando o importante papel da educação na promoção e consolidação da cidadania, diversos setores sociais tem se dedicado à luta pela ampliação e democratização do acesso ao ensino superior. Ao mesmo tempo, no interior da Universidade intensificou-se o debate sobre alternativas para superar a alta seletividade social que o modelo de ensino superior adotado pelo estado pode produzir, bem como sobre mecanismos que possam ampliar o acesso e a permanência de estudantes oriundos de classes sociais de maior vulnerabilidade social. Por outro lado, alguns governos nacionais, frente à necessidade de dar respostas a estes movimentos, tem formulado e implantado políticas públicas com vistas a ampliar a oferta de vagas no ensino superior; a democratização do acesso, com adoção de mecanismos como cotas sociais e étnicas; e a permanência, com a criação de bolsas de estudo para estudantes com vulnerabilidade social. Desse modo, a mesa pretende ser um espaço para a comunidade discutir o tema da inclusão social no ensino superior, no âmbito da América Latina, com vistas a contribuir para o aperfeiçoamento de mecanismos que levem à superação e reversão do atual quadro de desigualdade, fragmentação e exclusão social.

Coordenador: João Alfredo Braidá – Universidade Federal da Fronteira Sul - (UFFS - BRASIL)

Jaime Giolo: Reitor da Universidade Federal da Fronteira Sul – (UFFS - BRASIL)

Aloizio Mercadante Oliva: Ministro da Educação do Brasil – (MEC – BRASIL)

Ingrid Severdlick: Universidade Pedagógica - (ARGENTINA)

Armando Alcántara Santuário: Universidad Nacional Autónoma de México – (UNAM - MÉXICO)

RESUMOS APROVADOS

Educação e mundo do trabalho em sociedades em transição (autor(es/as): **fernando Pedrão**)

Educação escolar para o desenvolvimento dos povos indígenas do Brasil: múltiplas faces (autor(es/as): **Francine Rocha**)

DOCÊNCIA INDÍGENA NO EXTREMO OESTE BRASILEIRO: UMA EXPERIÊNCIA DE FORMAÇÃO EM ANDAMENTO (autor(es/as): **José Alessandro Cândido da Silva**)

LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO DO CAMPO: LIMITES E POSSIBILIDADES (autor(es/as): **Maria José da Silva**)

ACESSO E PERMANÊNCIA INDÍGENA NO ENSINO SUPERIOR, DO QUE ESTAMOS FALANDO? RELATOS DE ALGUMAS EXPERIÊNCIAS DE ACADÊMICOS INDÍGENAS (autor(es/as): **MARIANE DEL CARMEN DA COSTA DIAZ**)

NÚCLEO DE ESTUDOS FRONTEIRIÇOS DA UFPEL - EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA E INCLUSÃO SOCIAL NA FRONTEIRA - BRASIL-URUGUAI (autor(es/as): **MAURÍCIO PINTO DA SILVA**)

www.cepial.org.br

15 a 20 de julho de 2012

Curitiba - Brasil

A Inclusão Laboral: Programa Promotor (autor(es/as): PRISCILA GADEALORENZ)

Expansão do ensino superior no Brasil – democratização do acesso e redução da iniquidade – Abordagem empírica utilizando dados do Censo da Educação superior e PNAD 2009 (autor(es/as): Rogerio Allon Duenhas)

O PROGRAMA DE EXTENSÃO UNIVERSIDADE ABERTA À TERCEIRA IDADE – UNATI NA UNIOESTE: INTEGRANDO SABERES E PROMOVENDO A CIDADANIA DO IDOSO (autor(es/as): ROSELI ODORIZZI).

2.4. Educação na América Latina

Considerando as mudanças ocorridas no campo político e econômico, no que se refere ao papel do Estado e sua função no campo das políticas sociais, a mesa propõe ser um espaço para difusão e discussão de políticas educacionais implementadas em diferentes países da América Latina. Os objetivos são facilitar a troca de experiências entre pesquisadores e instituições, refletir sobre os rumos da educação nos países da região, além de promover um processo de integração regional

RESUMOS APROVADOS:

LUDOSOFIA E A FORMAÇÃO DO PROFESSOR (autor(es/as): **Alegria Baía Evelin Soria**)

CONVERGÊNCIAS DO PENSAMENTO PEDAGÓGICO LATINO-AMERICANO QUE APONTAM PARA A EDUCAÇÃO DA MULHER NOS MOVIMENTOS SOCIAIS DO CAMPO (autor(es/as): **Allene Carvalho Lage**)

O PROGRAMA INSTITUCIONAL DE BOLSA DE INICIAÇÃO À DOCÊNCIA (PIBID) E O NÚCLEO DE ATIVIDADES PARA PROMOÇÃO DA CIDADANIA (NAP) CONTRIBUINDO PARA FORMAÇÃO DOCENTE NA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MONTES CLAROS (UNIMONTES): UMA NOVA PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO SUPERIOR (autor(es/as): **Carlos Alberto Malveira Diniz**)

CURSOS TÉCNICOS PROFISSIONALIZANTES DO COLÉGIO ESTADUAL SÃO MATEUS: CONTRIBUIÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO NO MUNICÍPIO DE SÃO MATEUS DO SUL-PR, NO PERÍODO 2004-2009 (autor(es/as): **Cláudia Regina Pacheco Portes**)

EDUCAÇÃO SUPERIOR NA ÁREA DE CIÊNCIAS SOCIAIS: ANÁLISE COMPARADA DA ESTRUTURA DOS CURSOS E EXPECTATIVAS DOS ESTUDANTES DA UFPR E DA UDELAR. (autor(es/as): **Ellen da Silva**)

A NECESSIDADE DA ATUAÇÃO DO ASSISTENTE SOCIAL NAS ESCOLAS PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO INFANTIL (autor(es/as): **FABRÍCIO CORDOVIL TEIXEIRA DE OLIVEIRA**)

CURRÍCULO POR COMPETÊNCIA E DISCURSOS HEGEMÔNICOS NOS DOCUMENTOS OFICIAIS SOBRE A GEOGRAFIA ESCOLAR (autor(es/as): **Felipe da Silva Machado**)

A EDUCAÇÃO PATRIMONIAL FORMAL COMO ELEMENTO RECONHECEDOR DO PATRIMÔNIO CULTURAL (autor(es/as): **FLAVIA ALBERTINA PACHECO LEDUR**)

O DISCURSO FREIREANO E A POLÍTICA SOCIAL (autor(es/as): **GLEYDS SILVA DOMINGUES**)

A educação escolar indígena e a educação intercultural (autor(es/as): **Jasom de Oliveira**)

VIOLÊNCIA SIMBÓLICA NAS ESCOLAS: UM ESTUDO EM UMA ESCOLA PÚBLICA DE BELÉM DO PARÁ (autor(es/as): **Juliana Cordeiro Modesto**)

Formando uma consciência integracionista (autor(es/as): **Karina Fernandes de Oliveira**)

SOMOS TIERRA: FORMACIÓN Y EXPERIENCIAS EN EL MOVIMIENTO CAMPESINO DE CÓRDOBA – ARGENTINA (autor(es/as): **Karina Scaramboni**)

A gestão escolar participativa e seus desafios (autor(es/as): **Maria Inês Vidal**)

A política da Educação do Campo e a Emancipação Humana (autor(es/as): **Maria Inês Vidal, Luis Alexandre Gonçalves Cunha**)

A FORMAÇÃO DOCENTE EM JOGO: O OLHAR SOBRE A CONTRIBUIÇÃO DO PROGRAMA DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES DA EDUCAÇÃO BÁSICA NO CURSO DE PEDAGOGIA DA UFAC (autor(es/as): Pierre André Garcia Pires)

Percepção e apreciação de leituras em contextos escolares e culturais: formação em leitura em uma escola municipal de Foz do Iguaçu (autor(es/as): Regina Coeli Machado e Silva)

INVESTIGAÇÃO COMPARADA ACERCA DE REPRESENTAÇÕES DE AUTORIDADE POR JOVENS ARGENTINOS E BRASILEIROS (autor(es/as): Rosane Castilho)

CONVERGÊNCIAS E DESAFIOS DA EDUCAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO LATINOAMERICANO EM UM MUNDO GLOBALIZADO: A EDUCAÇÃO INCLUSIVA E SUAS MÚLTIPLAS FACES (autor(es/as): Silvio Carlos dos Santos).

ANIMAÇÃO SOCIOCULTURAL EM DIFERENTES ESPAÇOS EDUCATIVOS: CONTRIBUIÇÕES A SUSTENTABILIDADE DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL (autor(es/as): Sorinéia Goede).

EDUCAÇÃO POPULAR E MOVIMENTOS SOCIAIS RURAIS NO BRASIL: PERSPECTIVAS E CONTRIBUIÇÕES (autor(es/as): Tarcio Leal Pereira).

ELEMENTOS DE VIDEOGAMES COMO FERRAMENTAS DE APRENDIZADO (autor(es/as): Thais Weiller).

EDUCAÇÃO TRADICIONAL GUARANI & EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS: APROXIMAÇÕES ENTRE VIVÊNCIAS CULTURAIS E CONCEITOS TEÓRICOS (autor(es/as): Wanirley Pedroso Guelfi).

O LUGAR DO CONHECIMENTO NAS DIRETRIZES CURRICULARES BRASILEIRAS PARA A FORMAÇÃO DE PROFESSORES E A RELAÇÃO COM A PRÁTICA (autor(es/as): Camila Itikawa Gimenes).

A APLICABILIDADE DA LEI 10.639/03 NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE SÃO PAULO (autor(es/as): Adriana Márcia Prado de Araújo et alii).

PIBID: UM PROGRAMA QUE FORTALECE O EIXO EDUCACIONAL PARA A RETOMADA DA LICENCIATURA NO ÂMBITO TERRITORIAL BRASILEIRO (autor(es/as): Patrícia Santos Fonseca et alii).

AValiação em larga escala: uma iniciativa da política educacional centralizadora (autor(es/as): Rivanda dos Santos Nogueira et alii).

NÃO ALFABETIZADOS LENDO: AS PARTES DO LIVRO NA EDUCAÇÃO QUE FOMENTA A LEITURA E GARIMPAM LEITORES. (autor(es/as): Cláudio Renato Moraes da Silva).

BULLYING: PERCEPÇÕES DOS EDUCADORES DO ENSINO FUNDAMENTAL NO MUNICÍPIO DE ITAITUBA (autor(es/as): Domiciane Araújo Azevedo).

2.5. Trabalhadores(as) da Educação no Mercosul: impasses e desafios

RESUMOS APROVADOS

EMENTA

AAPP – Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública do Paraná visa promover um diálogo entre dirigentes sindicais do Brasil, da Argentina, do Paraguai e do Uruguai, sobre a Educação Pública no Mercosul, ressaltando os desafios para os/as Trabalhadores/as em Educação. AAPP-Sindicato entende que esta é uma integração necessária e urgente, que vem unificar a discussão sobre as condições de trabalho e valorização dos/as trabalhadores/as em Educação e dar maior organicidade à luta dos movimentos sociais latino americanos, em prol de uma Educação pública de qualidade, laica e gratuita, para todos e todas.

Coordenadora: Fabiana Tomé e Walkiria Mazeto - Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública do Paraná (APP - BRASIL)

Fátima Aparecida da Silva: Secretária Internacional da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação – (CNTE - BRASIL)

Arturo Musial: Secretario General de Union de Docentes de la Provincia de Misiones –(UDPM - ARGENTINA)

Gustavo Macedo: Federación Democrática de Maestros y Funcionarios de Educación Primaria - (URUGUAY)

Luis Alberto Riart Montaner: Ex Ministro da Educação do Paraguai e professor da Universidad Nacional de San Martín e Universidad Pedagógica de Buenos Aires – (UNSAM/UPBA - PARAGUAY)

O DESENVOLVIMENTO SOCIAL E PROFISSIONAL DOS FUNCIONÁRIOS DA EDUCAÇÃO NO NRE DE APUCARANA (autor(es/as): **Afife Maria dos Santos Mendes Fontanini**)

REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA, FLEXIBILIZAÇÃO E TRABALHO DOCENTE NO ESTADO DO PARANÁ (autor(es/as): **Mariana Bettega Braunert e Everson Araujo Nauroski**)

Mestres em greve? Gênero, representações e memórias das mobilizações de professoras/es de 1968 no Paraná. (autor(es/as): **Melissa Colbert Bello**)

2.6. Teorias Críticas na América Latina

A presente mesa redonda é resultado das pesquisas do Núcleo de Estudos Filosóficos - NEFIL, do Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade Federal do Paraná - PPGD/UFPR, voltado para os estudos latino-americanos dedicados à filosofia da América Latina e suas grandes tendências atuais no âmbito da crítica epistemológica, destacando-se alguns dos principais autores do debate contemporâneo no continente, notadamente Enrique Dussel, Anibal Quijano, Walter Mignolo, Atilio Borón e Franz Hinkelammert, até chegar a uma aproximação às propostas interculturais assentes no novo constitucionalismo latino-americano.

Ludwig apresentará a relação entre teorias críticas do direito e a filosofia da libertação de Enrique Dussel; Pazello discorrerá sobre a relação entre as teorias críticas da colonialidade do poder e as teorias da dependência na América Latina, em especial a partir de Anibal Quijano; Bley abordará a relação entre colonialidade do saber e educação para os direitos humanos, conforme a crítica gnosiológica de Walter Mignolo; Franzoni estabelecerá os pressupostos epistemológicos da crítica à razão utópica de Franz Hinkelammert; Pereira analisará as teorias críticas latino-americanas sob o foco do marxismo de Atilio Borón.

RESUMOS APROVADOS

INDÚSTRIA CULTURA, TRABALHO DOCENTE E PRODUÇÃO DE SUBJETIVIDADE (autor(es/as): Everson Araujo Nauroski).

EDUCAÇÃO E MUNDO DO TRABALHO EM SOCIEDADES EM TRANSIÇÃO (autor(es/as): Fernando Pedrão)



O NOVO NASCE DO VELHO: CULTURA E ECONOMIA SOLIDÁRIA

BRASIL, Manuela S. IESol/UEPG- manu_lela2@hotmail.com

FEDEL, André de S. – Graduando de Bacharelado em Geografia - UEPG
drefedel@gmail.com

SAWCZYN, Sabrina G. – Graduanda de Bacharelado em Geografia –UEPG
sabri.gabri@hotmail.com

Resumo

O presente trabalho versa sobre a cultura solidária como um aspecto fundamental da economia solidária. A economia solidária traz em seu bojo a perspectiva de mudança de cultura, uma vez que se propõe a transformações que ultrapassam as fronteiras econômicas na busca da construção de uma nova sociedade. Para contribuir com estas reflexões o texto alia aspectos teóricos sobre cultura, economia solidária e autogestão, com achados empíricos referentes a dois empreendimentos econômicos solidários que se colocaram corajosamente no caminho para o novo.

Palavras-chave: cultura, economia solidária, autogestão

Introdução

A economia solidária representa o desejo e a ação de pessoas que se unem para resolver questões pontuais, de curto prazo, mas que vislumbram igualmente mudanças macroestruturais e da forma como a sociedade se organiza. Trata-se, portanto, de uma mudança cultural.

Uma cultura solidária, por suposto, não é um objetivo de fácil e rápida consecução. Não é, por outro lado, uma proposta inatingível ou que deva ser rechaçada. Embora na contramão da cultura hegemônica, é dentro dela que novas culturas são gestadas e experimentadas. Não são poucas as experiências que se colocam nesta condição, e a economia solidária é uma delas.

Neste sentido, é necessário compreender, inicialmente, o que se entende por cultura, considerando a amplitude do tema. Uma das questões problematizadas neste texto – e que requer análises teóricas e empíricas - é como se forja uma nova cultura, quais os elementos que favorecem e permitem tal mudança. No caso em questão, uma hipótese é de que a experiência nos empreendimentos econômicos solidários pode



favorecer, mas não determinar, tal transformação. E, num momento anterior a esta vivência, como se dá a adesão ou opção por uma cultura solidária?

Para analisar estas questões, o trabalho será estruturado da seguinte forma: na primeira parte há um resgate sobre o conceito de cultura, privilegiando determinadas perspectivas antropológicas e sociológicas. Na seqüência serão abordadas questões sobre economia solidária e de autogestão, com a finalidade de problematizar uma cultura autogestionária. A terceira parte do texto é dedicada às experiências de dois empreendimentos econômicos solidários a partir dos conceitos anteriormente mencionados, para então terminarmos com as conclusões finais.

1. Cultura

O desenvolvimento do conceito de cultura é importante para a compreensão do enorme paradoxo existente na diversidade cultural do ser humano. Há um dilema a ser tratado referente a este conceito que diz respeito “a conciliação da unidade biológica e a grande diversidade cultural da espécie humana” (GEERTZ, apud LARAIA, 2009, p.10).

Apesar de há quatro séculos antes de Cristo, Confúcio enunciar “A natureza dos homens é a mesma, são seus hábitos que os mantêm separados”. (LARAIA, 2009, p.10) desde a Antiguidade o homem busca explicar as diferenças de comportamento entre os homens e as variações do meio físico.

Há teorias persistentes que procuram atribuir capacidades específicas inatas a “raças” e a grupos humanos. Neste sentido ainda há pessoas que acreditam que os nórdicos são mais inteligentes que os negros; que os ciganos são nômades por instinto e eu os japoneses são trabalhadores de nascença.

Segundo Felix Kessing apud Laraia:

Não existe correção significativa entre a distribuição dos caracteres genéticos e a distribuição dos comportamentos culturais. Qualquer criança humana normal pode ser educada em qualquer cultura, se for colocada desde o início em situação conveniente de aprendizado. (LARAIA, 2009, p. 17)

Não podemos concluir, portanto, que as características, costumes e hábitos dos seres humanos sejam explicados e reduzidos pelas suas bagagem biológica herdada e pela limitação do espaço em que vivem - em um mesmo local, podemos encontrar diversos costumes diferentes.



Para entender os antecedentes do conceito cultura na visão antropológica devemos consultar Edward Taylor, foi ele o responsável por sintetizar o termo germânico *Kultur*, o qual significava os aspectos espirituais de um povo, a palavra francesa *Civilization*, que designava as realizações materiais de um povo em um vocábulo inglês - *Culture*: (LARAIA, 2009)

Tomado em seu amplo sentido etnográficos é este todo o complexo que inclui conhecimentos, crenças, arte, moral, leis, costumes ou qualquer outra capacidade ou hábitos adquiridos pelo homem como membro de uma sociedade (Edward Taylor apud Laraia 2009 p. 25).

A cultura tem caráter dinâmico, altamente mutável, e depende de um aprendizado – a endoculturação – herança de um longo processo de acumulação dos conhecimentos e experiências adquiridas pelas gerações passadas. Manipular e alterar adequadamente este processo consiste em inovações e invenções no patrimônio cultural, que é produto de toda uma comunidade, e não de indivíduos isolados. (LARAIA, 2009)

O homem é resultado do meio cultural em que foi socializado. Ele é herdeiro de um longo processo acumulativo, que reflete o conhecimento e a experiência adquiridas pelas numerosas gerações que o antecederam. A manipulação adequada e criativa desse patrimônio cultural permite as inovações e as invenções. (LARAIA, 2009, p. 45).

Para que possamos observar uma mudança no comportamento ou na maneira de pensar de um conjunto de pessoas, em escalas variáveis (vila, comunidade, cidade, país, continente) é necessário entender que esta transição entre o antigo e o novo se dê de forma lenta, e que não dependerá da vontade única de apenas uma pessoa, mas sim do esforço comum da maioria afim de englobar o todo.

De acordo com a filósofa Marilena Chauí, os seres humanos são culturais ou históricos, e que esse ser cultural, culto ou inculto, revela diferentes significados ao termo cultura, e que por vezes, são sentidos contraditórios.

Quando dizemos que uma pessoa é culta, ou inculta, utilizamos o termo cultura como a posse de conhecimentos, como ser falante de diversas línguas, ser conhecedor da arte e da literatura. Sugere-se assim que ser culto é algo positivo, e que também traz prestígios e respeito ao ser culto.

“A cultura brasileira é diversificada de norte a sul”, esta frase nos traz outro sentido do termo cultura, agora ela traz um adjetivo a um coletivo, sendo possível a comparação de melhor ou pior, superior ou inferior.



Quando utilizamos “culto” ou “inculto” estamos pressupondo que existem diferenças sociais, sendo que o inculto é pertencente aos não privilegiados, sendo assim, associamos ao popular.

A cultura é o aprimoramento da natureza humana pela educação em sentido amplo, isto é, como formação das crenças não só pela alfabetização, mas também pela iniciação à vida da coletividade por meio do aprendizado da música, dança, ginástica, gramática, poesia, retórica, história, Filosofia, etc. A pessoa culta era moralmente virtuosa, politicamente consciente, intelectualmente desenvolvida pelo conhecimento das ciências, das artes e da Filosofia. É este sentido que leva muitos, ainda hoje, a falar em “cultos” e “incultos”. (CHAUÍ, 2000, p. 292).

Para Marx, há a chamada História-Cultura, onde em certas condições o homem produz materialmente sua existência e dão sentido a essa produção, isto é, produzem e reproduzem as relações sociais. Assim sendo, o movimento da História-Cultura acontece através das lutas sociais para vencer a exploração econômica, opressão social e dominação política cujo fim depende da organização do coletivo para eliminar as desigualdades e injustiças históricas (CHAUÍ, 2000, p. 293).

2. Cultura e economia solidária

No caminho para a compreensão dos elementos que facilitam ou possibilitam uma mudança cultural, escolhemos centrar nossa análise nos empreendimentos econômicos solidários. Sendo assim, na seqüência exploramos brevemente algumas características sobre economia solidária, autogestão e cultura solidária.

2.1 Economia Solidária

Economia solidária é um termo recente, surgido no final do século XX, mas que se inspira no cooperativismo do século XIX. A cooperativa mais antiga de que se tem registro data de 1760 (VEIGA e FONSECA, 2001), mas é de 1844 a experiência da “Cooperativa de Consumo dos Pioneiros Equitativos de Rochdale” (Inglaterra) considerada a “mãe das cooperativas”.

Na forma de construções teóricas e ações práticas, o socialismo utópico e o cooperativismo são fontes retomadas para orientar o que se entende por economia solidária atualmente. Os princípios da economia solidária, que descende do movimento



cooperativista, em especial de Rochdale, foram reiterados na II Conferência Nacional de Economia Solidária.

Foram realizadas duas conferências nacionais de economia solidária, a primeira em 2006 e a segunda em 2010. O tema do evento de 2006 foi “Economia solidária como estratégia e política de desenvolvimento”, e o de 2010, “Pelo direito de produzir e viver em cooperação de maneira sustentável”. A II Conferência de Economia Solidária assume a economia solidária como política de desenvolvimento, afirmando-a como um direito dos trabalhadores e trabalhadoras e como um dever do Estado. Neste evento foram confirmados os seguintes princípios, inspirados nas experiências históricas anteriormente mencionadas:

- i. administração democrática e participativa, soberania da assembléia e singularidade de voto dos sócios;
- ii. garantia da adesão livre e voluntária dos seus membros;
- iii. estabelecimento de condições de trabalho decente ou digno, desenvolvido por mulheres e homens;
- iv. inserção da temática ambiental nas atividades de economia solidária;
- v. desenvolvimento das atividades em cooperação com outros grupos e empreendimentos da mesma natureza;
- vi. busca da inserção comunitária, com a adoção de práticas democráticas e de cidadania;
- vii. prática de preços justos, de acordo com os princípios do Comércio Justo e Solidário;
- viii. respeito à equidade de gênero, raça, etnia e geração;
- ix. prática de produção, do beneficiamento, do armazenamento, da comercialização ou da prestação de serviço de forma coletiva;
- x. exercício e demonstração da transparência na gestão dos recursos e na justa distribuição dos resultados;
- xi. estímulo à participação dos integrantes na formação do capital social do empreendimento econômico solidário;
- xii. ética na sustentabilidade, solidariedade e valorização da pessoa humana na sua relação com o meio-ambiente. (CONFERÊNCIA NACIONAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA, 2, 2010, p.23-4).

Devemos ter em conta que estes princípios são construções teórico-ideais e, como tais, não são assim encontradas na realidade, pois nela há formas híbridas que sugerem gradações ou níveis do que acima foi descrito, sem que isso ponha por terra a prática ou



a teoria. A respeito da falsa pretensão de que prática e teoria coincidam, lembramos as palavras de Gaiger:

Teoria e prática nunca coincidem. Isto é natural, pois se referem a diferentes ordens da realidade. A teoria corresponde a uma ordem essencialmente mental, intelectual, que estabelece os elementos explicativos fundamentais de funcionamento de uma realidade empírica (no caso de teorias analíticas) ou sustenta um corpo de valores e princípios (no caso de uma teoria política ou atinente à nossa intervenção na realidade). Acreditar que o movimento real, concreto, da Economia Solidária tende ou deve seguir a ordem das nossas propostas, isto é, nossas idéias, é recair num pensamento idealista. Nos despojarmos das idéias, por outro lado, nos retira os critérios necessários à nossa ação, assim como os objetivos dela. A Economia Solidária desenvolve um conjunto de princípios (teoria em atos) na prática das experiências, de modo muito variado, segundo as circunstâncias e os ideais de seus protagonistas efetivos. Ao mesmo tempo, muitas experiências aglutinam-se num grande movimento social, reunido no Fórum Brasileiro, que defende, por deliberação (isto é, escolha) política, um conjunto de valores e uma plataforma de ação. Naturalmente, o movimento cria uma visão projetiva de si mesmo, relacionada a um estado futuro desejável, ainda distante da realidade de muitas experiências. (GAIGER, 2007, p.17)

É nesta fronteira que devemos analisar a questão da cultura solidária, entendendo-a mais como projeto a ser alcançado, mas cujas práticas já se transformam na realidade.

Os empreendimentos de economia solidária tomam a forma de cooperativas, associações, clubes de troca, feiras solidárias, grupos informais, bancos comunitários, empresas recuperadas. Independentemente do formato jurídico – considerando a inadequação da atual lei do cooperativismo – , o que os identifica é a preservação de seus valores: a autogestão ao invés de heterogestão, a cooperação no lugar da competição, a substituição do individualismo pela solidariedade, e a centralidade do trabalho e não do capital – aspectos que correspondem a uma vertente solidária aos quais devem conjugar-se outros, como a eficiência e viabilidade que caracterizam a vertente econômica.

Logo, a economia solidária, compreendendo suas dimensões de prática e projeto, não é restrita a um objetivo pontual ou emergencial, apesar de ter ressurgido num ambiente de crise dos anos 1980 no Brasil. Impulsionadas pelo contexto de crise, os trabalhadores e as trabalhadoras dos empreendimentos econômicos solidários experimentam transformações mais profundas, tocam em questões mais ambiciosas, almejam outras experimentações.

Sobre a natureza da economia solidária, Lisboa aponta:



...la economía solidaria, por estar fundada en el solidarismo en tanto principio del desarrollo, busca, a través de procesos de desarrollo locales solidarios articulados en complejos cooperativos, hacer viable otra sociedad, un nuevo mundo donde la economía esté al servicio de las reales necesidades de las personas y no entre en colisión con la vida, destruyéndola de manera generalizada, como pasa hoy en la sociedad capitalista. (LISBOA, 2007, p.374)

O autor complementa:

...la perspectiva de la socioeconomía solidaria no se restringe a la lucha por la socialización de la producción [y de los medios para producirla], sino que la integra en una amplia visión de una nueva sociedad, conjugando los aspectos economicos con las cuestiones urbanas, espaciales y de la calidad de vida en general". (LISBOA, 2007, p.375)

Portanto, se o desemprego moveu muitos trabalhadores para esta direção, há aqueles que vislumbram a economia solidária como possibilidade de vivenciar outra lógica na construção de uma nova sociedade.

A forma com que se faz a opção pela economia solidária (que pode não ser opção sob alguns pontos de vista) é determinante quando se pretende avançar sobre os limites e possibilidades destas experiências. As diferentes expectativas e a diversidade das motivações que determinam a adesão à economia solidária, tecem uma teia em que convivem diferentes sujeitos - “teóricos” e “práticos” e seus variados projetos.

Apesar da hegemonia do capital, há e sempre houve formas de resistência, ou seja, valores, princípios e práticas opostos àquela racionalidade. Para Razeto, a economia de solidariedade trata de introduzir a solidariedade em todos os processos econômicos, portanto, diz respeito a uma outra racionalidade econômica em que espera : “que la solidariedad sea tanta que llegue a transformar desde dentro y estructuralmente a la economía, generando nuevos y verdaderos equilibrios”. (RAZETO, 2007, p.320)

O autor argumenta que não se trata de inaugurar a solidariedade nas relações econômicas, pois é um fenômeno já existente e que pode ser maximizado: “Se tratará de poner **más** solidariedad en las empresas, en el mercado, en el sector público, en las políticas económicas, en el consumo, en el gasto social y personal, etc”. (op. cit., p.321 **grifo nosso**)

A propósito, a expressão “economia solidária” reúne dois conceitos que a princípio sugerem antagonismo, conforme explica Razeto:

As palavras “economia” e “solidariedade”, embora comuns tanto na linguagem coloquial quanto na culta, faziam parte de “discursos” separados. “Economia”, inserida numa linguagem factual e num discurso científico; “solidariedade”, numa linguagem *valórica* e num discurso ético. Dificilmente apareciam os dois termos num mesmo texto, menos ainda, num só julgamento ou razoamento. Logo, parecia muito estranho vê-los unidos num mesmo conceito. (RAZETO, 2011)



Para defender a necessária união entre elas, o autor adverte:

Pôr unidas numa mesma expressão economia e solidariedade aparece, então, como um chamado a um processo intelectual complexo que deveria desenvolver-se paralela e convergentemente em duas direções: de um lado, trata-se de desenvolver um processo interno ao discurso ético e axiológico, pelo qual recuperar-se-á a economia com espaço de realização e atuação dos valores e forças da solidariedade; do outro, de desenvolver um processo interno à ciência da economia que possa abrir espaços de reconhecimento e atuação à idéia e ao valor da solidariedade. (RAZETO, 2011)

Com esta finalidade, Razeto afirma que uma das virtuosidades desta economia é o que chamou de “ Fator C”:

En síntesis, el ‘Factor C’ significa que la formación de un grupo, asociación o comunidad, que opera cooperativa y coordinadamente, proporciona un conjunto de beneficios a cada integrante, y un mejor rendimiento y eficiencia a la unidad económica como un todo, debido a una serie de economías de escala, economías e asociación y externalidades, implicadas en la acción común y comunitaria.

La letra ‘C’, con la que identificamos esta energía económica, alude a que con ella comienzan, en nuestro y en varios idiomas, numerosas palabras que significan: colaboración, cooperación, comunidad, compañerismo, comunión, compartir, confianza, y muchas otras que comienzan con el prefijo ‘co’, que expresa el hacer y el estar ‘juntos’, el hacer algo solidariamente. (RAZETO, 1997, p.2)

O “Fator C” comporta uma lógica e uma prática que caracterizam as organizações de economia popular, ou os empreendimentos econômicos solidários, mesmo que de forma incompleta e imperfeita. Razeto adverte que nem sempre a solidariedade é a motivação inicial de alguns trabalhadores, mas que através de uma prática solidária ela acaba sendo incorporada por eles.

A solidariedade elevada à condição de uma nova racionalidade agrega benefícios ao empreendimento e aos seus trabalhadores, tornando-se um fator distintivo positivo desta experiência. Por este mesmo motivo, ao negligenciá-lo ou torná-lo secundário, corre-se o risco de comprometer, senão o resultado econômico, com certeza a identificação com a economia solidária.

Além da solidariedade, a economia solidária é caracterizada pela autogestão, conceitos que compõem um elo de sinergia e simbiose para o entendimento do que seja uma cultura solidária.



2.2 Autogestão

A autogestão, uma pequena palavra que simboliza e confere significado a construção coletiva, a transparência de informações, a rotatividade de funções e a resolução de conflitos entre iguais possui histórias, de certa forma, propositalmente esquecidas. Muitos entendimentos e acontecimentos propiciaram uma evolução a sua prática. Estes significados que hoje estão inseridos em movimentos sociais de caráter libertário, cooperativas, associações e não obstante na Economia Solidária, são alvo de nossa reflexão para contribuir com a construção de uma cultura solidária.

O conteúdo do pensamento autogestionário tem alicerce no século XIX com Proudhon. Segundo Motta *apud* Faria

Proudhon nunca empregou o termo autogestão, que é um termo recente; todavia, ele empregou o seu conteúdo, não restringindo o sentido de uma sociedade autônoma à simples administração de uma empresa pelo seu pessoal. Ele deu, pela primeira vez, à sua concepção, o significado de um conjunto social de grupos autônomos, associados tanto nas funções econômicas de produção quanto nas funções políticas. A sociedade autogestionária, em Proudhon, é a sociedade organicamente autônoma, constituída de um feixe de autonomias de grupos se autoadministrando, cuja vida exige coordenação, mas não hierarquização (FARIA, 2005, p.116)

É existente um entendimento raso que relaciona a autogestão como simples forma de administrar empresas, este por sua vez nega sua história pouco conhecida que considera as múltiplas dimensões deste conceito, seus acontecimentos potencializadores e seus diversos adeptos. Daniel Mothé indica o surgimento do conceito:

O termo autogestão foi introduzido como conceito, na década de 1950, pelo partido comunista iugoslavo que esperava modernizar o sistema econômico do País, atraindo a participação dos cidadãos depositários dos conhecimentos técnicos e profissionais nas empresas e nas municipalidades em que o aparelho do partido detinha o poder. (MOTHÉ, 2009, p. 26)

Apesar do regime iugoslavo possuir características autoritárias, ele abriu espaços para as assembleias abertas de democracia direta, importante mecanismo de discussão, aglutinação de informação e conhecimento para a população. Logo a frente, na década de 60 na França:

O sentido que a autogestão assumiu (...) foi o de uma democracia radical.(...)A democracia radical propunha a volta às origens do socialismo, baseando-se nas perspectivas do comunismo e recusando aos partidos de vanguarda o monopólio sobre a representação dos interesses dos cidadãos.(MOTHÉ, 2009, p.26)

A experiência Francesa, notadamente reverberada em Paris, tem seus pés no marxismo revolucionário, no pensamento libertário e na comuna de Paris. Gerou frutos ao



movimento autogestionário e assim, conforme aponta Daniel Mothé, ramificando em duas correntes: Os políticos e os alternativos. Com enfoque maior a corrente dos políticos, o autor enfatiza que é a ação política a chave para a passagem a uma sociedade autogerida. As experiências registradas destes adeptos inseridos no sistema capitalista demonstram que existem (além das cooperativas, das sociedades mutualistas e das associações) situações de reivindicação de trabalhadores, que anteriormente eram geridas por sindicatos na década de 70 que começaram a ser mantidas por comitês de greve afim de suas necessidades em uma espécie de fórum permanente.

A bibliografia consultada a cerca da autogestão nos levam a entender que este conceito evoluiu por considerar suas múltiplas dimensões, seus acontecimentos potencializadores e seus diversos adeptos, porém é de grande importância a diferenciação da autogestão com outros fenômenos próximos. Faria(2005) distingue a autogestão da *participação*, da *co-gestão*, do *controle operário* e aproxima da *cooperativa* como modelo de produção que se procura:

A participação ocorre quando quando o indivíduo se agrega individualmente e colabora com os outros na execução de uma tarefa com pleno consentimento e parcial controle, porém sem benefício comum.[...] a *co-gestão* ocorre quando os trabalhadores intervém efetivamente na organização da empresa.[...] *controle operário* entende-se uma intervenção conflitual que resulta em conquistas dos trabalhadores em alguns aspectos específicos da organização do trabalho.[...] A *cooperativa* elimina do seu interior a separação entre o dono da força de trabalho e o dono dos meios de produção.(FARIA, 2005, p.114)

Entender estes fenômenos e compreender que eles não são excludentes e que podem ser complementares ajuda a nos indicar alguns aspectos: contexto político-econômico, a divisão social do trabalho, a escala de ação e de rebatimento, espaços propícios, necessidades latentes, mudanças perceptíveis e conseqüentemente a cultura que se é forjada no seio destes tipos de organizações. Não se trata de especular este movimento, mas sim de identificar a complexidade deste processo de surgimento e a que ponto as subjetividades são favoráveis e criadoras para uma cultura solidária.

Com essa complexidade estabelecida muitas foram as tentativas e esforços de se praticar a autogestão e assim surgiram reflexões para uma amplidão aprofundada do conceito:

A autogestão possui um caráter multidimensional (social, econômico, político e técnico) e refere-se a uma forma de organização da ação coletiva. A autogestão tem uma dimensão social, pois '[...] deve ser percebida como resultado de um processo capaz de engendrar ações e resultados aceitáveis para todos os indivíduos e grupos que dela dependem'. Seu caráter econômico se deve às relações sociais de produção, que dão mais valor ao fator trabalho do que ao



capital. Seu aspecto político baseia-se em sistemas de representação com valores, princípios e práticas favoráveis e criadoras de condições [...] para que a tomada de decisões seja o resultado de uma construção coletiva que passe pelo poder compartilhado (de opinar e de decidir), de forma a garantir o equilíbrio de forças e o respeito aos diferentes atores e papéis sociais de cada um dentro da organização.' Quanto ao aspecto técnico, ele permite pensar numa outra forma de organização e de divisão do trabalho. (LECHAT e BARCELLOS, 2008, p.2)

Para Noelle Lechat e Eronita Barcellos (2008) as crises no sistema político-econômico colocam em xeque a legitimidade de uma sociedade baseada na hierarquia e nas autoridades, assim abrindo oportunidades para experiências de democracia onde haja ausência de instituições de coerção. A autogestão no contexto atual, se estende para duas concepções conflitantes da natureza humana, uma que advoga que os seres humanos possuem capacidade de se autogerir, e outra que sem hierarquias e mandantes não há organização e sociedade viável. Neste momento, para o movimento da Economia Solidária a adoção da primeira concepção é fundamental, assim se distinguindo do cooperativismo empresarial e de relações assistencialistas promovidas pelo Estado, realmente caminhando para um cooperativismo autogestionário. As autoras ainda destacam o quanto é desafiador a prática da autogestão, por ser, principalmente, antagônico com as relações capitalistas assalariadas e a separação do trabalho intelectual do manual. Relações estas da cultura capitalista.

Ao que tange a capacidade dos seres humanos, Daniel Mothé faz uma reflexão pertinente a ambição humana:

A autogestão parte de uma ambição antropológica, especulando sobre as potencialidades infinitas abertas ao imaginário humano de cidadãos livres do jugo da ideologia dominante. Ela abre o caminho para uma idéia de progresso diferente daquele da produção ilimitada das riquezas: o progresso ilimitado de uma democracia criadora. Ao mesmo tempo em que se diz não saber antecipadamente o que os cidadãos decidirão, afirma-se saber o que eles não decidirão. Defende-se implicitamente a idéia de que, uma vez livres da ideologia burguesa dominante, eles não desejarão voltar a ela, pois a racionalidade igualitária mantém sempre a força de sua convicção. (MOTHÉ, 2009, p.28)

Ambição essa que pode ser característica marcante de uma cultura solidária, criativa e ilimitada, pois o que rege é a liberdade no imaginário desta cultura. Uma liberdade que busca a igualdade.

2.3 Cultura solidária

Ressalta-se o entendimento de que a economia solidária rompe os limites da economia, como já enfatizado anteriormente por Razeto e conforme resumido por Barreto quando ele propõe “ pensar a economia solidária para além da própria economia,



tratando-a como parte fundamental de uma abordagem mais ampla relativa à cultura da cooperação...” (BARRETO, 2003, p. 290)

Em seu livro “Cultura Solidária em Cooperativas” (2006) Oliveira discute cultura a partir de empreendimentos econômicos solidários. Para tanto, utiliza o conceito de cultura de Alfredo Bosi que rejeita a tradição de pensá-la como a capacidade de adquirir coisas e o status que elas pretensamente conferem. Com base no referencial adotado, Oliveira assevera: “cultura é sempre produto de uma conquista, que se realiza na ação e no trabalho por sujeitos sociais concretos; é algo que se constitui como processo”. (OLIVEIRA, 2006, p. 32)

O autor busca identificar mudanças culturais advindas das práticas de duas cooperativas analisadas. Para ele “as pessoas que estão envolvidas nas práticas cotidianas de criação e formação de cooperativas estão, indistintamente, **construindo cultura**”. (OLIVEIRA, 2006, p. 33, grifo nosso.)

Uma cultura solidária para constituir-se necessita de muito empenho, sempre renovável, forte o bastante para ultrapassar seja as determinações prevalecentes seja as deserções advindas de nossa frágil capacidade de perseverar. (OLIVEIRA, 2006, p. 57)

Não devemos minimizar os esforços que a perseverança por este caminho exige. A opção por ele é corajosa, pois se faz em meio a um contexto em que tudo lhe é desfavorável.

A possibilidade de vinculação a cooperativas, empenhadas em difundir valores e práticas solidários, parece-nos altamente estimulante (...) todavia, apenas participar não oferece garantias de que a solidariedade se aderiu à vida destas pessoas. (OLIVEIRA, 2006, p. 106)

Transitar entre duas culturas é um grande desafio. A cultura capitalista é centrada no indivíduo, não na coletividade. É pautada na desigualdade e na competição, ao invés da igualdade e cooperação, incentiva o egoísmo e não a solidariedade. É a arena do mercado, e não da democracia. A cultura capitalista serve ao capital, e não ao ser humano e a natureza.

O capitalismo neoliberal acentuou estes traços, ao mesmo tempo em que escamoteia valores tradicionalmente requisitados. A democracia, por exemplo, faz parte de um discurso retórico sem vínculo real com as práticas cotidianas, conforme alertou Singer (2007):



Na situação em que os países democráticos capitalistas se encontram hoje, a democracia está restrita, em última análise, ao campo da política. Na economia, não há democracia na medida em que a propriedade privada das empresas se concentra em poucas mãos. Dentro das empresas a autoridade dos capitalistas sempre prevalece. A economia solidária visa a uma economia em que a democracia esteja sempre presente. A autogestão é exatamente a democracia. (SINGER, 2007, p. 15)

O autor ressalta que, apesar de democrática, a economia solidária não exclui os conflitos. No entanto, a natureza destes conflitos difere do capitalismo por tratar-se de conflitos entre iguais (2007). A medida desta igualdade é a prática da autogestão. Da mesma forma com que Singer aponta essa redução do entendimento sobre democracia, percebemos que há semelhante redução para com o conceito de autogestão.

Uma das virtudes mais celebradas dos empreendimentos econômicos solidários é o exercício da igualdade, garantida através dos mecanismos de que cada trabalhador corresponde a um voto. No entanto, Esteves aponta os desafios para que tal igualdade política seja exercida plenamente:

Essa igualdade política advinda do voto pessoal, única e frágil âncora legal da igualdade nas cooperativas, é constantemente ameaçada por um rol de desigualdades técnicas, econômicas, de acesso e uso de linguagem e também por outras políticas que subsistem de formas diferentes em cada uma das cooperativas. (ESTEVES, 2003, p. 272)

O autor complementa:

Para poder entender como tais desigualdades são reproduzidas no interior de empreendimentos que se auto-intitulam democráticos ou autogestionários, faz-se necessária a compreensão de que não é na formalidade da assembléia, e sim na organização cotidiana e micropolítica das cooperativas, que acontece a vida do grupo. É nessa organização que se dão as relações ora ambíguas e contraditórias entre os cooperadores, destes com o mundo exterior e com a base técnica que possuem; é aí que acontecem as resistências e as ameaças à igualdade de fato. (ESTEVES, 2003, p. 272)

Das quatro fontes de desigualdade, que não raro são reproduzidas nos empreendimentos solidários, o autor elenca (ESTEVES, 2003):

a) Desigualdades política: promovida pela formação dos conselhos de administração e fiscal, o que contribui para a diferença entre os trabalhadores que estão nestas funções e os demais; divisão marcada pela diferença de tempo dos trabalhadores no empreendimento.



b) Desigualdades técnicas: divisão entre trabalho administrativo e trabalho de chão de fábrica, entre trabalho de planejamento e execução.

c) Desigualdades econômicas: desigualdade na composição do capital social e na distribuição das sobras.

d) Desigualdades de acesso e da prática da linguagem: desigualdades provenientes na forma com que o discurso é elaborado, enunciado e compreendido.

Considerando a complexidade da questão, é possível desviar de fatalismos e idealizações na busca por conhecer experiências portadoras de novidades.

Com esta compreensão sobre o fenômeno, um dos desafios que se coloca diz respeito à instauração de uma nova cultura. Pensamos na reunião de três condições que devem ser observadas para a instalação do novo: a) diagnóstico crítico sobre o velho, b) desejo por mudança, c) existência de alternativas críveis sobre o novo. Tal conjunto de condições tenta aliar a vontade por mudanças com as condições viáveis para proceder a seu favor, e assim evitar tanto um otimismo ingênuo quanto um ceticismo irrevogável. Há, portanto, que preparar o caminho para o novo, considerando o que nos ensinou Bloch:

No caminho para o novo, geralmente – ainda que não sempre – deve-se proceder passo a passo. Nem tudo é possível e executável a qualquer hora: condições ausentes não só atrapalham como também chegam a impedir. Um passo mais rápido é permitido, até requerido no trecho que não revela outros perigos além dos causados por excesso de temor ou por pedantismo. [...] Possível é tudo o que encontra as condições dadas em proporção suficiente. Todavia, justamente por isso, tudo que não encontra as condições necessárias ainda é faticamente impossível. Então a imagem-alvo se mostra subjetiva e objetivamente como uma ilusão, Nesse caso, o movimento para ela naufraga (BLOCH, 2005, p. 203)

A tarefa de pensar e esperar pelo novo parece ainda mais difícil nos tempos atuais, no que Altvater adverte:

Simplesmente não é verdadeiro que o leque de ofertas da história não contenha nenhuma alternativa, de acordo com as famosas palavras de Margareth Thatcher: There is no alternative [‘ Não existe nenhuma alternativa’]. Inversamente, porém, não adquirimos as alternativas como num Shopping Center, onde elas estariam disponíveis, ordenadas de acordo com seu radicalismo. Uns querem o capitalismo com feições humanas, outros desejam reformas estruturais, outros, ainda, querem tudo junto, e, além do capitalismo, o quarto grupo advoga a aplicação de um Plano



Marshall em escala global. Mas essa opção não está disponível para ninguém. As alternativas crescem em meio à história real e se desenvolvem a partir das cascas dos ovos da sociedade capitalista existente. Por isso Marx recorre ao conceito de 'dar a luz'. A nova sociedade cresce em meio à sociedade antiga. (ALTVATER, 2010)

Há várias experimentações na direção do novo, e entre elas destacamos aquelas relacionadas à economia solidária, que em seu bojo remete ao exercício de uma nova cultura mediante a observação de seus princípios e suas práticas. Sublinhamos que o novo nem sempre é percebido em sua potencialidade, e que é através dele que podemos acessar mudanças revolucionárias, sem que isto soe como regra, fatalidade, determinismo ou, por outro lado, impossibilidade.

Só por meio de um processo revolucionário uma sociedade pode superar as formas sociais definidoras do capitalismo, o qual também surgiu historicamente, uma vez que brotou das formas feudais [ao menos na Europa]. Em regra, as muitas ações humanas que ocorrem no processo histórico só se revelam revoluções *ex post facto*. Ao agirem em nexos sociais, as pessoas transformam suas relações sociais, às vezes em pequena escala e no plano local, às vezes com grandes efeitos em termos de história universal, às vezes em silêncio, e às vezes em lutas sociais violentas. Muitas vezes os contemporâneos nem sabem que com sua vida cotidiana e seus experimentos sociais preparam o caminho para uma transformação revolucionária das formas sociais da produção e do consumo. Por conseguinte, uma revolução social não ocorre por ordem de uma elite partidária informada ou da elite de um movimento social. Muitas pessoas precisam chegar – tanto na análise quanto nas suas esperanças e utopias e nos objetivos políticos delas resultantes – ao que se denominou [com Marx] *general intellect*, ao conhecimento comum dos movimentos sociais e políticos. Precisa-se de muito tempo para debates, para definir a direção das ações. Uma revolução social não é um golpe, mas um processo interativo de muitos experimentos sociais, a estender-se por longos períodos. (ALTVATER, 2010, p.275)

Esta perspectiva e os conceitos anteriores subsidiaram a análise da experiência de dois grupos de economia solidária incubados pela IESOL - Incubadora de Empreendimentos Solidários da UEPG (Universidade Estadual de Ponta Grossa), expostos a seguir.

3. Cultura solidária: casos concretos

Os dois empreendimentos econômicos solidários a que fazemos referência são: a) grupo rural com seis trabalhadores, três homens e três mulheres que trabalham na produção de hortaliças e legumes orgânicos com uma horta comunitária em um pré-assentamento; b) grupo urbano composto por seis trabalhadoras que produzem alimentos e artesanatos e participam de uma feira solidária. Ambos os grupos são incubados pela



IESol/UEPG - Incubadora de Empreendimentos Solidários da Universidade Estadual de Ponta Grossa-PR.

A Incubadora de Empreendimentos Solidários foi criada em 2005, e faz parte da Rede de ITCPs - Rede Universitária de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares -, instituída em 1998. Com equipes multidisciplinares, a IESol contempla várias áreas do conhecimento, e tem como objetivo assessorar grupos de trabalhadores que de forma coletiva buscam gerar trabalho e renda a partir da perspectiva da economia solidária.

O processo de incubação se dá em três fases: Pré-incubação, incubação e desincubação. A primeira fase diz respeito ao diagnóstico realizado do empreendimento econômico solidário e dos trabalhadores inseridos nele. A incubação é a parte de assessoria técnica, formação teórica, política e que se dá através de oficinas, diálogos, dinâmicas, reuniões e que buscam atender toda as demandas dos grupos. A desincubação é a fase que antecede a autonomia do empreendimento econômico solidário. Este processo é dinâmico, não é linear e depende muito das especificidades de cada grupo, de sua fase, das demandas, expectativas e não possui um prazo pré-definido. Os dois grupos em questão encontram-se na fase de incubação.

Durante este período de incubação, podemos observar as dificuldades dos dois grupos diante da realização de um trabalho coletivo e autogestionário, tendo em vista a cultura individualista preponderante na sociedade. Apesar dessas barreiras que vem sendo enfrentadas, é possível verificar avanço na direção de um novo que anuncia a possibilidade de uma mudança cultural profunda e em outra direção.

O grupo "a", uma associação, essencialmente rural, tem sua incubação iniciada no ano de 2008 e os trabalhadores têm como sua atividade principal a produção de alimentos orgânicos. A construção de uma horta comunitária foi um passo importante para este grupo obter renda a partir de uma nova forma de trabalho e esta proposta foi aceita pelo grupo. A horta atualmente produz hortaliças e legumes comercializados em feiras e projetos governamentais.

O trabalho em uma horta requer uma atividade conjunta aliado a um conhecimento tanto empírico quanto teórico sobre diversos fatores, como por exemplo: estudos climáticos e percepções individuais e/ou coletivas dos trabalhadores, estudos pedológicos(sobre o solo) para então estabelecer condições favoráveis para o plantio, manejo, e colheita dos alimentos.



Tratando-se de uma horta comunitária da economia solidária, soma-se aos fatores acima outros relacionados especificamente a filosofia e a prática do trabalho coletivo e autogestionário, portanto relacionados à uma nova cultura.

Esse obstáculo é ainda maior neste grupo, pois os trabalhadores possuem produções individuais onde colocam seus maiores esforços e onde recebem a maior parcela de suas rendas. Assim a horta comunitária continua como atividade secundária, o que tem reflexo no próprio processo de incubação.

Um exemplo de uma oficina realizada no grupo mostra os laços entre a formação técnica e política que do trabalho de incubação. Os trabalhadores, homens e mulheres, apresentam nitidamente um confiante manuseio do solo e a partir de suas práticas perceberam uma demanda para analisar a qualidade do solo em que plantam. A equipe técnica multidisciplinar que a IESol possui, conta com estudantes de agronomia que prepararam uma oficina de análise de solo para suprir e colaborar com a produção do grupo, assim orientando sobre as características do solo da horta e possíveis correções para melhorar a qualidade do solo. O resultado foi discutido com o grupo agregando conhecimento a todos e chamando novamente a atenção para a importância de trabalhar em conjunto, desafiando a cultura do individualismo.

A incubação contempla além da assessoria técnica, a formação em aspectos ligados a Economia Solidária. Esta formação teve nítido rebatimento ao aplicarmos uma oficina do Caderno Empírica – metodologia de incubação – da Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da Universidade Estadual de Campinas, chamada “Mãos que trabalham”. A oficina clareou algo até então pouco percebido. Além do acúmulo de tarefas entre os trabalhadores, o que ficou evidenciado é que estas tarefas, nomeadas por eles mesmos, são praticamente balanceadas. O trabalho coletivo e solidário e o desejo de fortalecer o empreendimento foi o caminho que conduziu o grupo a compreender suas dificuldades e reforçar seus objetivos, dar seguimento a horta e buscar agregar mais trabalhadores.

O grupo “b” supracitado basicamente trabalha com artesanato e alimentos. A fabricação dos produtos se dá de forma individual, e a comercialização é de maneira coletiva, através das feiras.

Para que o grupo começasse a compreender e se familiarizar com um dos princípios base da Economia Solidária – a autogestão – foi necessário trabalhar com alguns conceitos que pareciam verdades inatas a forma de trabalhar, como a “obviedade” de um chefe para distribuir as tarefas ao grupo.



Para se trabalhar com essa mudança de pensamento trazida pelas feirantes, muito comum na sociedade individualista, foram necessários alguns diálogos, formação em Economia Solidária e em especial uma dinâmica também inspirada no Caderno Empírica – metodologia de incubação – da Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da Universidade Estadual de Campinas.

A dinâmica consistia em o grupo se articular e propor quais eram as demandas mais urgentes de seu contexto para a formalização e consolidação de uma associação e as supostas dificuldades para alcançar este objetivo. Para tanto, as trabalhadoras escreveram de forma sintética em algumas folhas de papel A4 as seguintes palavras: *União, formalização da associação, estatuto, dúvidas referente ao registro da associação, aumentar número de associados e comercialização.*

Após o trabalho de elencar as palavras, foram colocadas o mesmo número de cadeiras para cada uma delas. As cadeiras ficaram dispostas em direção a palavra “associação” a qual estava exposta em um quadro logo a frente. Foram colocadas em cada cadeira, de forma aleatória, as folhas com as palavras contendo as dificuldades até se chegar ao quadro. Pedimos então para que todas as trabalhadoras organizassem as cadeiras de forma a ficar por ordem de importância e urgência a demanda que deveria ser suprida para chegar ao objetivo final: a formalização da associação.

Desta forma foi possível observar claramente a dificuldade de uma organização autogestionária, uma vez que nem todas participaram da realização da tarefa. Algumas encadearam individualmente toda a atividade, enquanto outras, por acreditar que sua participação não seria proveitosa ou por qualquer outro motivo, esperaram o final da dinâmica apenas observando as outras trabalhadoras durante a atividade.

Foi importante observar que ao invés de discutirem conjuntamente sobre como as cadeiras deveriam ser organizadas, ocorreu justamente o contrário. Cada uma dispôs as cadeiras de maneira individual, sem perceber que este trabalho seria justamente o primeiro passo para trabalhar coletivamente. Na discussão dos resultados da dinâmica, a as próprias trabalhadoras se deram conta de como passaram ao largo do trabalho coletivo.

Com este exemplo prático de, podemos refletir que as mudanças não dependem da vontade de apenas um indivíduo, mas sim da vontade, das condições e disposição do coletivo. As feirantes puderam concluir que o trabalho deveria ser executado coletivo, por se tratar de um empreendimento gerido solidário, onde a participação de todas é essencial.



Considerações Finais

O principal entrave à autogestão e a economia solidária, como nos informa a teoria e nos comprova a prática, é a mudança cultural. Apesar de ser difícil, laboriosa, processual esta não é uma impossibilidade. Ao nosso juízo, é o próprio exercício que dentro do 'velho' que abre os caminhos para o novo.

É provável que o motivo inicial ou principal de adesão dos trabalhadores à economia solidária não seja a vontade de vivenciar uma nova cultura e uma nova forma de vida. Mas, sugere-se que ao longo da vivência no empreendimento econômico solidário e nas instâncias do movimento da economia solidária este se transforme em um desejo adquirido a partir de então.

A cultura solidária, ou traços dela, pode ser anterior ou posterior a estas experiências, pois não se trata de inventar uma cultura, mas de reconhecer e vitalizar culturas que sobrevivem mesmo que em tempos de reinado neoliberal. De fato, a persistência de tais culturas abre brechas para que os princípios da economia solidária sejam absorvidos ou potencializados. Ao mesmo tempo, uma propensão a experimentar novas culturas pode ser tanto o resultado como o pré-requisito para o sucesso desta empreitada.

O choque cultural é inevitável, e por isso a formação continuada é um fator decisivo para pender a balança em um dos lados. O trabalho das incubadoras segue esta direção, e os resultados práticos desmentem o mantra neoliberal de que “Não há alternativas”.

Bibliografia

Altvater, Elmar (2010). O fim do capitalismo como o conhecemos : uma crítica radical do capitalismo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

Barreto, André Valente de Barros (2003) Cultura da cooperação: subsídios para uma economia solidária. In: Souza, A. et al. (Org.). Uma outra economia é possível: Paul Singer e a economia solidária. São Paulo: Contexto, p. 287-314.

Bloch, Ernst (2005) O princípio esperança. Rio de Janeiro: EdUERJ: Contraponto, v.1

Caderno Empírica (2009) Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da Universidade Estadual de Campinas, Pró-Reitoria de Extensão e Assuntos Comunitários/UNICAMP – Campinas, SP: Instituto de Economia.

Chauí, Marilena (2000) Convite à Filosofia. São Paulo: Editora Ática

Conferência nacional de economia solidária (2010), 2, Brasília, 16 a 18 de junho.



Esteves, Egeu (2003) Os desafios à igualdade nas cooperativas autogestionárias. In: Souza, A. et al. (Org.). Uma outra economia é possível: Paul Singer e a economia solidária. São Paulo: Contexto. p. 271-286.

Faria, José Ricardo (2005) “Autogestão”. In Gediel, José (Org.) Estudos de direito cooperativo e cidadania. Curitiba: Programa de Pós Graduação em Direito da UFPR.

Gaiger, Luiz Inácio Germany (2007) O caminho de afirmação de uma outra forma de economia. In: Cadernos IHU em formação ano 3 n.22. p.17-18

Lisboa, Armando de Melo (2007) Economía solidaria: una reflexion a la luz e la ética cristiana. In: coraggio,J.L.(Org.). La economía social desde la periferia – contribuciones latinoamericanas. Buenos Aires: Editorial Altamira.

Mothé, Daniel (2009) “Autogestão”. In Espanha, Pedro [et al] (Org.) Dicionário Internacional da Outra Economia. Coimbra Editora Almedina.

Laraia, Roque de Barros (2009) - 1932 – Cultura um conceito antropológico – 14 ed. – Rio de Janeiro – Jorge Zahar Ed.

Lechat, Noelle M. P. ; Barcelos, Eronita da Silva (2008) “Autogestão: Desafios políticos e metodológicos na incubação de empreendimentos econômicos solidários”. Revista Katál. Florianópolis, V. 11 n. 1 p 96-104 jan/jun.

Oliveira, Paulo de Salles (2006) Cultura Solidária em cooperativas: projetos coletivos de mudança de vida. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo.

Razeto, Luiz Migliaro. (1997) ‘Factor C’: la solidaridad convertida en fuerza productiva y en factor económico. Lima, Disponível em: <www.economiasolidaria.net/textos/articulos/PonenciaPeru.php> Acesso em: 14 mai 2008.

Razeto, Luiz Migliaro (2007) La economia de solidaridad: concepto, realidad y proyecto. In: CORAGGIO,J.L.(Org.). La economía social desde la periferia – contribuciones latinoamericanas. Buenos Aires: Editorial Altamira.

Razeto, Luiz Migliaro (2011).O que é a economia de solidariedade. Disponível em: <<http://www.luisrazeto.net/content/i-o-que-%C3%A9-economia-de-solidariedade>> Acesso em: 11/03/2011

Singer, Paul (2007) Economia solidária: democracia e conflitos entre iguais. In: Outra Economia, v. I, n.1, 2.sem.

Veiga, Sandra Mayrink; Fonseca, Isaque (2001) Cooperativismo: uma revolução pacífica em ação. Rio de Janeiro: DP&A: Fase.